

OS DEBATES SOBRE A SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO: NOTAS SOBRE O I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

(Avance de investigación en curso)

GT17: Pensamiento latino-americano y teoria social

Roberta dos Reis Neuhold
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

Neste artigo, recorreremos aos *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, realizado na cidade de São Paulo em 1954, para analisar como os intelectuais debateram o estabelecimento da Sociologia no currículo das escolas secundárias e normais, bem como a própria institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, recuperamos as principais questões e referenciais teóricos presentes nos debates sobre o ensino de Sociologia. Ver-se-á que aquela produção encerrou, em parte, um ciclo de discussões sobre o ensino de Sociologia que despertou a atenção de um círculo de intelectuais desde o início da década de 1930 até meados dos anos de 1950.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino secundário; Congresso Brasileiro de Sociologia.

Apresentação

Nesta comunicação, recuperam-se os *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia* (1955), organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia, para analisar como os intelectuais debateram o estabelecimento da Sociologia no currículo das escolas secundárias e normais, bem como a própria institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, mapeiam-se as principais questões e referenciais teóricos presentes nos debates sobre o ensino de Sociologia.

Observa-se que aquela produção encerrou, em parte, um ciclo de discussões sobre o ensino de Sociologia que despertou a atenção de um círculo de intelectuais desde o início da década de 1930 até meados dos anos de 1950. Passado esse período, que corresponde justamente ao da institucionalização da Sociologia no âmbito universitário, houve um relativo distanciamento das entidades científicas em relação aos debates sobre o ensino da disciplina no sistema escolar.

1 A formação da Sociedade Brasileira de Sociologia

Entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) reúne pesquisadores que atuam na área da Sociologia e das demais Ciências Sociais. Sua missão institucional é incentivar o ensino e a pesquisa no âmbito da Sociologia e o próprio desenvolvimento das ciências humanas e sociais no Brasil. Propõe-se, ainda, a representar a comunidade de associados em debates públicos, bem como divulgar e difundir conhecimento científico por meio de publicações, eventos científicos e intercâmbio entre pesquisadores.

A origem da Sociedade Brasileira de Sociologia remonta à Sociedade de Sociologia de São Paulo, fundada na década de 1930. O estatuto dessa entidade, aprovado em sessão do dia 4 de junho de

1937, listava entre os seus fins “o estudo, pesquisa e divulgação de assuntos sociais mediante reuniões periódicas de caráter cultural e científico, organização de inquéritos e publicação de uma revista”. A Sociedade de Sociologia de São Paulo admitia como sócios licenciados em Filosofia ou Ciências Sociais, professores de Sociologia e disciplinas afins e pessoas que tivessem “publicado trabalhos de reconhecido valor sobre assuntos sociais” (Sociedade Brasileira de Sociologia [SBS], 1937).

Quando da elaboração de seu estatuto, a Sociedade de Sociologia de São Paulo previa promover, anualmente, uma “Semana de Estudos Sociológicos”, na qual sócios e convidados apresentariam trabalhos a serem posteriormente publicados na revista da entidade, em número especial. Também previa o fomento de pesquisas sobre “problemas da atualidade”, em intercâmbio, quando necessário, com outras comunidades científicas. Compuseram a primeira diretoria, nomes de destaque da Sociologia da época, tais como Fernando de Azevedo (diretor), Júlio de Mesquita Filho (vice-diretor), Arbousse Bastide (vice-diretor), Emílio Willems (1º secretário), Cyro Berlinok (2º secretário) e Bruno Rudolfer (tesoureiro).

A situação política do Brasil, que viveu sob um regime autoritário entre 1937 e 1945, não favoreceu a continuidade dos trabalhos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Segundo a ata da reunião de 19 de janeiro de 1950, a entidade suspendeu suas atividades durante aquele período que ficou conhecido como Estado Novo, para voltar a se reorganizar somente em 1950, já com a pretensão de constituir uma sociedade científica nacional, sob a denominação de “Sociedade Brasileira de Sociologia”.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, Fernando de Azevedo (diretor da entidade e professor da Universidade de São Paulo) cogitou reorganizar a Sociedade de Sociologia de São Paulo. Consultando “várias opiniões” de antigos sócios, entretanto, “concluiu que não havia ainda clima favorável a esse trabalho de reconstrução”.

Em 1949, Fernando de Azevedo recebeu uma carta da Associação Internacional de Sociologia, à época patrocinada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), convidando a Sociedade de Sociologia de São Paulo a integrá-la e a participar de um congresso em Zurich, Suíça, em setembro de 1950. Tendo recusado convite da UNESCO (para participar do congresso que fundou a Associação Internacional de Sociologia) no ano anterior, Fernando de Azevedo entendeu que não seria justo, mais uma vez, manter o Brasil sem um representante naquela entidade internacional. Daí ter tomado a iniciativa de convidar os sócios da Sociedade Paulista de Sociologia, por meio de anúncios publicados em jornais, para uma reunião, com vistas a decidir sobre a reorganização da entidade e sobre a sua participação na Associação Internacional de Sociologia.

A reunião de 19 de janeiro de 1950 contou com a presença, além de Fernando de Azevedo, de mais 19 cientistas sociais, entre eles Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Candido de Mello e Souza, Florestan Fernandes, Octavio da Costa Eduardo, Herbert Baldus, Azis Simão, Donald Pierson, Antonio Rubbo Müller, Juarez R. B. Lopes, Levi Cruz, Oracy Nogueira, Sergio Buarque de Hollanda, Mauro Brandão Lopes, Maurício Segall, Lucila Herrmann, Gioconda Mussolini, Mário Wagner Vieira da Cunha, Egon Shaden e Roger Bastide.

Na ocasião, Octávio da Costa Eduardo sugeriu que se ampliasse a atuação da entidade, denominando-a “Sociedade de Sociologia, Antropologia e Etnografia de São Paulo”, ao que Fernando de Azevedo se opôs, dizendo ser mais prudente manter a antiga denominação (semelhante à da Associação Internacional de Sociologia). Ponderou, contudo, que se tratava de mera formalidade e que a Sociedade Paulista de Sociologia englobava “todas as diferentes modalidades de estudos pertencentes às Ciências Sociais”. Posteriormente, na mesma reunião, Donald Pierson propôs que se nomeasse a entidade como “Sociedade de Ciências Sociais”, para que não se estabelecesse “uma hierarquia entre os diferentes ramos de estudo”. Chamou a atenção dos colegas para que tomassem essa medida preventiva, evitando que mais tarde se formassem “sociedades de Antropologia, de Etnografia, de Ciências Políticas, que virão retirar da Sociedade de Sociologia de São Paulo os sócios especializados

naquelas matérias”¹. Mais uma vez, Fernando de Azevedo corroborou sua posição inicial de manter o nome antigo, afirmando que, com a revisão do estatuto, a entidade admitisse também antropólogos, etnógrafos, etc. Em favor de seu argumento, lembrou que o professor e antropólogo Artur Ramos, presente na fundação da Sociedade de Sociologia de São Paulo, não protestou contra o nome. Ao que indica a ata da reunião de 19 de janeiro de 1950, não houve votação sobre a questão da mudança de nome, embora tenha sido cogitado que a denominação da entidade fosse modificada para “Sociedade Brasileira de Sociologia”.

Por unanimidade, os presentes foram favoráveis à reorganização da Sociedade de Sociologia de São Paulo, à formação de comissão para revisão de seu estatuto² e à adesão à Associação Internacional de Sociologia.

Naquele mesmo ano de 1950, a Sociedade de Sociologia de São Paulo foi transformada na Sociedade Brasileira de Sociologia, com sede na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, e com seções regionais no Rio de Janeiro e Recife (Miceli, 2001, p. 103).

Na reunião de 19 de janeiro de 1950, que decidiu pela reorganização da Sociedade de Sociologia de São Paulo, Florestan Fernandes chamou a atenção dos presentes para a necessidade da entidade “procurar atrair os professores das Escolas Normais para elevar o nível do ensino e dar-lhes oportunidade de assistirem a cursos”, ao que Fernando de Azevedo sugeriu que a discussão fosse retomada na ocasião da revisão do estatuto da sociedade.

Segundo Miceli (2001, p. 103), a criação de duas sociedades de Sociologia – a Sociedade de Sociologia de São Paulo e, posteriormente e como desdobramento dessa, a Sociedade Brasileira de Sociologia – em São Paulo constituía mais um indicador da diferença entre a comunidade científica que se constituía na capital paulista (formada por pesquisadores e docentes em tempo integral) e aquela que se formava no Rio de Janeiro (dividida entre a carreira acadêmica e a elaboração de políticas públicas).

2 O primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia

Entre 21 e 27 de junho de 1954, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) organizou o I Congresso Brasileiro de Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, Brasil. Contou com o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Para as suas atividades, inscreveram-se 151 pessoas (que passaram a integrar a lista de congressistas) e seis entidades fizeram-se representar oficialmente³. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por seu turno, enviou uma delegação integrada por 23 professores catedráticos do ensino normal.

Participaram da comissão organizadora do congresso Fernando de Azevedo (presidente), Antonio Rubbo Müller (primeiro secretário), Vicente Unzer de Almeida (segundo secretário), Egon Schaden (tesoureiro), Luiz de Aguiar Costa Pinto e L. Pinto Ferreira (como membros da SBS). Por sua

¹ Donald Pierson não falhou em suas previsões. Cinco anos depois da reunião de janeiro de 1950, foi fundada a Associação Brasileira de Antropologia. Em 1977, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) veio atuar na articulação entre a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia. Em 20 de setembro de 1986, foi fundada a Associação Brasileira de Ciência Política.

² A comissão de reformulação do estatuto da Sociedade de Sociologia de São Paulo foi composta por Donald Pierson, representando a Escola de Sociologia e Política; e, pela Universidade de São Paulo, Mario Wagner Vieira da Cunha, da Faculdade de Ciências Econômicas, e Antonio Candido de Mello e Souza, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

³ As entidades representadas, em caráter oficial, no I Congresso Brasileiro de Sociologia foram: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas da Pontifícia Universidade Católica (representada pelo Prof. Sebastião Pagano); Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Profs. Fernando Afonso Gay da Fonseca e Irmão Leopoldo Flávio); Associação dos Antigos Alunos da Escola de Sociologia e Política (Profs. Olavo Baptista Filho e Carlos Borges Teixeira); Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Prof. Octávio da Costa Eduardo); Museu Paulista (Prof. Herbert Baldus); Faculdade de Filosofia de Vitória (Prof. Wilson Cantoni).

vez, a Mesa Diretora dos trabalhos do congresso, eleita na sessão preparatória de 21 de junho de 1954, teve entre seus membros Fernando de Azevedo (presidente), Luís de Aguiar Costa Pinto (1º vice-presidente), Euclides de Mesquita (3º vice-presidente), Morse de Belém Teixeira (4º vice-presidente), Antônio Rubbo Müller (1º secretário), Júlio Barbosa (2º secretário) e Edson Carneiro (3º secretário). Na mesma ocasião, foi aprovado o *Regimento Interno do I Congresso Brasileiro de Sociologia* e realizada a indicação dos presidentes das diferentes sessões ordinárias (Alberto Guerreiro Ramos, Felte Bezerra, Gláucio Veiga, Henrique Sstodieck, João de Mendonça, Laudelino Teixeira de Medeiros, Luís de Castro Faria e Orlando M. Carvalho).

2.1 Os debates sobre o ensino da Sociologia

O I Congresso Brasileiro de Sociologia foi organizado em 14 sessões, sendo duas solenes (de inauguração e encerramento) e 11 ordinárias (comunicações, discursos, exposições e debates).

Como sugestão para as comunicações, foi proposto o seguinte temário aos congressistas:

“I – **O ensino e as pesquisas sociológicas.** 1 – O ensino da Sociologia e disciplinas afins nos diferentes centros culturais do país; 2 – As pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil; 3 – O sistema estatístico nacional: sua utilização como fonte de dados sociológicos; 4 – A contribuição da Sociologia para a solução dos problemas sociais.

II – **Organização social.** 1 – Estrutura da comunidade (indígena, rural, urbana, rural-urbana); 2 – Sistemas sociais gerais e sistemas específicos (de família e parentesco, econômicos, políticos, jurídicos, pedagógicos, etc.); 3 – Relações étnicas.

III – **Mudança social.** 1 – Correntes migratórias internas e estrangeiras; 2 – O impacto do desenvolvimento econômico sobre a estrutura social dos países menos desenvolvidos; 3 – Transformações técnicas e mudanças sociais; 4 – Efeitos da urbanização e da industrialização sobre a estratificação social do Brasil; 5 – Mudanças sociais e problemas sociais”. (SBS, 1955, p. 13)

Conforme se observa, o ensino de Sociologia constou entre as sugestões de temas para as comunicações, encabeçando o temário elaborado pela comissão organizadora do congresso. É verdade também que o assunto pode ter alcançado maior projeção com a comunicação de Florestan Fernandes, cujas sugestões finais transformaram-se em base para uma das cinco moções e resoluções do I Congresso Brasileiro de Sociologia.

Intitulada “O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira”, a comunicação de Florestan Fernandes delinea os debates que, à época, versavam sobre a Sociologia na educação básica, problematizando o papel da disciplina na formação das novas gerações para que atuassem em uma sociedade em plena mudança. Nas palavras de Florestan Fernandes (1955, p. 109), tratava-se de criar “personalidades aptas à participação nas atividades políticas, como estas se processam no estado moderno”.

A comunicação prosseguiu com um “Diagnóstico da situação brasileira”, no qual Fernandes continuou analisando as contribuições da Sociologia. Ao final, uma lista com “Sugestões práticas” foi apresentada como uma tentativa de aprofundar o debate. Vale a pena transcrevê-las para uma melhor compreensão sobre o seu teor:

“1) Quais são as funções que o ensino da sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de grau médio?

2) A que concepção deveria subordinar-se o ensino da sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? A definição clara da concepção apresenta a maior importância teórica e prática, pois dela depende a relação a ser estabelecida entre meios e fins na educação.

- 3) Por que se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro:
 - a) Por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria?
 - b) Por que é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira?
- 4) Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um “instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?
- 5) Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas?
- 6) Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico:
 - a) O ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de “Elementos de Ciências Sociais”; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal?
 - b) O colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na qual se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de “Ciências Sociais”? (Fernandes, 1955, p. 119-210)

Convém apontar que a moção e resolução aprovada no último dia do evento, referente ao ensino da Sociologia no ensino secundário, foi especialmente motivada pela comunicação de Florestan Fernandes. Segundo os registros nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, a moção e resolução considerava o “valor da comunicação apresentada pelo Prof. Florestan Fernandes e das diversas opiniões expressas pelos srs. congressistas sobre a inclusão da Sociologia no ensino secundário do país” (SBS, 1955, p. 28-30). Também se justificava por outros acontecimentos, tais como a decisão do Congresso de Sociologia do Paraná de propor a criação da cadeira de Sociologia como disciplina optativa dos cursos científicos e clássicos do ensino secundário; e o fato de estar tramitando na Câmara Federal um projeto de reforma do ensino secundário. Nesse contexto, os congressistas propunham que as sugestões de Florestan Fernandes se tornassem objeto de discussão nas seções regionais da Sociedade Brasileira de Sociologia. Posteriormente, a SBS publicaria a comunicação de Florestan Fernandes e os debates dela decorrentes, encaminhando uma cópia à Câmara de deputados e senadores, para formalizar as contribuições dos sociólogos ao debate nacional sobre a reforma do ensino secundário.

Não se pode perder de vista o que contexto no qual se desenrolavam tais discussões. A perda do estatuto de disciplina obrigatória do ensino secundário efetivada com a Reforma Capanema, em 1942, acirrou os debates entre os sociólogos, entidades científicas e poder público sobre as contribuições do ensino de Sociologia.

As reformas educacionais das décadas de 1920 e 1930 haviam inserido a Sociologia no rol de conhecimentos necessários à formação de professores das escolas primárias (nas escolas normais) e dos candidatos a bacharel e a professor do ensino secundário e superior. Assim, com a aprovação da Reforma João Luiz Alves / Rocha Vaz (decreto 16.782-A/1925), a disciplina tornou-se obrigatória para as turmas do 6º ano do ensino secundário⁴, juntamente com “Literatura Brasileira”, “Línguas Latinas” e “História da Filosofia”. A Sociologia ainda compôs os exames vestibulares (Meucci, 2007, p. 33),

⁴ O 6º e último ano do ensino secundário era obrigatório apenas para os alunos que ambicionavam o título de bacharel em “Ciências e Letras”. Entretanto, embora bastasse, para a inscrição nos exames vestibulares que possibilitavam o acesso ao ensino superior, a conclusão do quinto ano do ensino secundário, os alunos com título de bacharel tinham prioridade para matrícula (Machado, 1987, p. 119).

provas que, ainda hoje, definem o acesso ao ensino superior. Em 1928, com o decreto 2.940, de 22 de novembro, a Sociologia também foi incluída na matriz curricular das escolas normais, direcionadas para a formação de professores⁵. Ali, manter-se-ia durante muito tempo, sobretudo na forma de “sociologias especializadas”, como a Sociologia Educacional, a Sociologia da Educação, os Fundamentos de Sociologia, as “Investigações Sociais em nosso Meio”, dentre outras⁶. Já a Reforma Francisco Campos, implementada por meio dos decretos 19.890, de 18 de abril de 1931, e 21.241, de 04 de abril de 1932, ratificou a permanência da Sociologia no ensino secundário, já tentando implementar uma política de abrangência nacional.

Todavia, aquele processo de consolidação do ensino da Sociologia no sistema escolar conheceu novos rumos durante o Estado Novo (1937-1945), período iniciado com um golpe de Estado que suspendeu direitos civis e políticos. Em 1942, o decreto-lei 4.244 instaurou a *Lei Orgânica do Ensino Secundário*, também conhecida como Reforma Capanema. A reforma manteve o ensino secundário dividido em dois ciclos, reservando quatro anos ao primeiro e três ao segundo, e segmentado em duas modalidades: o ensino clássico e o científico. A Sociologia não constava como disciplina de nenhum ciclo ou modalidade pelos quais o aluno poderia optar.

Luis Costa Pinto (1949, p. 297), um dos sociólogos que dedicou esforços à discussão do tema, considerou a exclusão da Sociologia da matriz curricular do ensino secundário “um dos atos mais fortemente antidemocráticos” e contrários ao “espírito de análise científica” da Reforma Capanema, afigurando-se a “uma prova de que a difusão de noções científicas sobre a organização econômica, social, política e cultural é menosprezada como objeto de *instrução* e quase temida como instrumento de *educação*”.

Esse ponto de vista, porém, não era hegemônico entre os cientistas sociais da época, nem mesmo entre aqueles intelectuais comprometidos com a reflexão sobre o ensino da Sociologia e a Sociologia da Educação. Antonio Cândido (1949, p. 283), por exemplo, entendia que a Sociologia estava “bem colocada” nas escolas normais, pois “seria útil ao educador, na apreciação do meio social e de todos os problemas de ajustamento do educando”. O mesmo não valeria para o ensino secundário, visto que, além de possuir uma quantidade excessiva de disciplinas, deveria estar focado em outros conhecimentos, como os filosóficos, geográficos e históricos, esses sim indispensáveis à formação de um jovem secundarista e à posterior compreensão dos conteúdos sociológicos:

“Com efeito, não apenas o currículo do curso secundário, em ambos os ciclos, padece de sobrecarga, como a sociologia é matéria que pressupõe conhecimentos de história, geografia e filosofia. Seria de toda conveniência iniciar o seu estudo depois de alguns anos dessas disciplinas, elas sim indispensáveis à formação secundária. O professor de sociologia [do ensino superior] deveria considerar-se feliz se recebesse dos vestibulares alunos capazes de compreender uma seqüência histórica, a inter-relação dos fenômenos da civilização, as relações do homem e o meio, princípios de lógica e psicologia. Aluno nestas condições é garantia de bom aprendizado sociológico”. (Cândido, 1949, p. 283)

De qualquer forma, a exclusão da Sociologia dos planos de estudos do ensino secundário em 1942 marcaria o início da longa história de descontinuidade da disciplina nas propostas curriculares brasileiras. O seu oferecimento, transfigurado na forma de “Sociologia Educacional”, de “Sociologia da Educação” ou de outras sociologias, ficou restrito aos cursos normais, embora seus conteúdos ainda

⁵ O decreto 2.940/1928 estabelecia que as escolas normais constituíam estabelecimentos destinados “à formação propedêutica e profissional dos mestres”, organizando-se em dois ciclos: (a) o geral ou propedêutico, com duração de três anos, e (b) o especial ou profissional, com dois anos. Em reformas seguintes, o período de duração e os ciclos das escolas normais modificaram-se, porém permaneceu o caráter de formação de professores, sobretudo para as séries iniciais do que, atualmente, denomina-se “ensino fundamental”.

⁶ Sobre o ensino de Sociologia nos cursos de formação de professores, ver Perez (2002).

pudessem ser localizados dispersos nos programas de disciplinas como a Filosofia (MACHADO, 1987, p. 130).

3 Considerações finais

No I Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Florestan Fernandes iniciou sua exposição afirmando que “saber se a sociologia deve ou não ser ensinada no curso secundário se coloca entre os temas de maior responsabilidade com que precisam se defrontar os sociólogos do Brasil”. Era junho de 1954 e Florestan Fernandes, já doutor em Ciências (Sociologia), sugeria que o problema da inserção da Sociologia no ensino secundário se tornasse objeto de reflexão a partir do próprio instrumental teórico das Ciências Sociais.

Aquele que seria um dos mais conhecidos sociólogos brasileiros não foi o único expoente da academia a debater a institucionalização da Sociologia no ensino secundário. Duas décadas antes, figuras importantes das Ciências Sociais estiveram à frente de iniciativas que contribuíram para a implementação da disciplina no ensino secundário, quer no papel de docentes quer no de autores de livros didáticos. Convém citar nomes como o de Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, Antonio Carneiro Leão, Gilberto Freyre, Donald Pierson, Roger Bastide, Emilio Willems, entre tantos outros.

No mesmo período em que a Sociologia se consolidava na matriz curricular do ensino secundário e das escolas normais, eram criados cursos superiores da disciplina na Escola de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1934), na Universidade do Distrito Federal (1935) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938). Aqueles eram os primeiros experimentos universitários das Ciências Sociais no Brasil, salvo sua presença, desde o final do século XIX, na formação de bachareis em Direito. Na verdade, alguns esboços de sua constituição já podiam ser encontrados nos museus científicos do final do século XIX e nos estudos etnográficos neles desenvolvidos, mas foi a partir da década de 1930 que se formou um quadro intelectual e institucional mais sólido das Ciências Sociais no Brasil.

Ainda na década de 1930, foram publicadas obras consagradas do pensamento sociológico, bem como dicionários, manuais didáticos, periódicos e coletâneas de textos. Enquanto trabalhavam pela institucionalização da Sociologia no ensino secundário e superior, os intelectuais dedicavam-se à produção de artigos e manuais didáticos, bem como à organização de eventos que difundissem conhecimentos sobre o ensino da Sociologia.

Em 1949, foi realizado o *Simpósio sobre o ensino de Sociologia e Etnologia* e seus registros foram veiculados por um importante periódico da época, a **Revista Sociologia**. Seis anos mais tarde, a temática do ensino de Sociologia ganhou destaque no I Congresso Brasileiro de Sociologia, objeto de atenção do artigo ora apresentado.

Ressalte-se que se tratava de um momento de profundas mudanças na sociedade brasileira, no qual a educação se sobressaía como um instrumento privilegiado para planejar a transformação do país. Já nas primeiras linhas d’**O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** (1932), assinado por vários intelectuais⁷, aparece tal diagnóstico: “[...] se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa [...]”. No mesmo contexto, Emilio Willems (apud FERNANDES, 1955, p. 91) associava os

⁷ Assinaram **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes

conhecimentos antropológicos e sociológicos à possibilidade de realizar intervenções racionais na esfera social e política:

“[As] condições de vida política nas sociedades democráticas [...] exigem capacidade pronta de escolha e de ajustamento rápido a situações extremamente instáveis, o que torna necessário um adestramento educacional prévio para o exercício contínuo do espírito crítico com base no conhecimento histórico-sociológico do meio social ambiente”.

Jorge Nagle (1974 apud Machado, 1987) rememorou período anterior, afirmando que a década de 1920 fora marcada pela “forte impregnação de preocupações de natureza sociológica”, o que justificava a presença da disciplina no ensino secundário. E completava:

“A utilização e o desenvolvimento do pensamento social [...] foram cada vez maior nos meios intelectuais, entre jornalistas, escritores, políticos ou estudiosos. Por isso, nesse período, a sociologia poderia ser considerada ‘a arte de salvar rapidamente o Brasil’, de acordo com a afirmação de Mário de Andrade” (Nagle, 1974, p. 340 apud Machado, 1987, p. 119-120).

Anos mais tarde, Antonio Candido (1949, p. 279) destacava que a Sociologia munia o estudante de “instrumentos da análise objetiva da realidade social”, sugerindo-lhe também “pontos de vista mediante os quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social”. Costa Pinto (1949, p. 93) corroborava essa visão, indicando que a disciplina propiciava noções básicas e gerais ao aluno, difundindo uma visão distante do ponto de vista estático e dramático e lhe indicando técnicas para assumir uma “posição objetiva diante dos fenômenos sociais”. Florestan Fernandes (1951, p. 98), por sua vez, destacava que a educação pelas Ciências Sociais criava “personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no estado moderno”.

Enfim, outros exemplos poderiam ser mobilizados para apontar que a educação como um todo e, em específico, a Sociologia, presente primeiramente no ensino secundário e, depois, no superior, despontaram como objeto de atenção do círculo de intelectuais que começavam a se reunir em torno das Ciências Sociais no Brasil, desde o início da década de 1930 até meados da de 1950.

Tais debates ainda foram retomados durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em uma conhecida comunicação de Florestan Fernandes e na própria agenda de discussão do evento. Todavia, menos de uma década depois, praticamente desapareceram da agenda de pesquisa dos intelectuais. A discussão foi retomada, com maior vulto, apenas na última década, com a aprovação da lei número 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia em todos os anos do ensino médio das escolas brasileiras. De qualquer forma, a Sociedade Brasileira de Sociologia, ainda hoje, apresenta-se como um dos principais espaços de divulgação dessas pesquisas, mantendo, há algumas edições de seus congressos bienais, um grupo de trabalho sobre o ensino de Sociologia.

Referências

- Brasil (Ministério da Educação). (1925). *Decreto nº 16.782 A de 13 de janeiro de 1925*. Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providencias. Rio de Janeiro.
- Brasil (Ministério da Educação). (1932). *Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932*. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro.
- Brasil (Ministério da Educação). (1931). *Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931*. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro.
- Candido, A. (1949). Sociologia: ensino e estudo. *Sociologia*, Revista Didática e Científica, São Paulo,

- Escola de Sociologia e Política, v. XI, n. 3, set. 1949, p. 275-289.
- Candido, A. (1955). O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional. In: Sociedade Brasileira de Sociologia [SBS]. (1955). *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo: SBS, p. 117 -130.
- Candido, A. (1995). A faculdade no centenário da abolição. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades.
- Costa Pinto, L. (1949) Ensino da Sociologia nas escolas secundárias. *Sociologia*, Revista Didática e Científica, São Paulo, Escola de Sociologia e Política, v. XI, n. 3, p. 290-308.
- Fernandes, F. (1955). O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo: SBS.
- Fernandes, F. (1951). O significado das Ciências Sociais no Mundo Moderno. In: **Filosofia, Ciências e Letras**, 13, p. 98.
- Fernandes, F. (1960). *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira.
- Machado, C. (1987). O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 13, n. 1, p. 115-142.
- Meucci, S. (2000). *Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp.
- Meucci, S. (2001). Os primeiros manuais didáticos de Sociologia. *Estudos de Sociologia*, Paraná, v. 6, n. 10.
- Meucci, S. (2005). A experiência docente de Gilberto Freyre na Escola Normal de Pernambuco (1929-1930). *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 207-214, maio / ago. 2005.
- Meucci, S. (2007). Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na Escola Normal de Pernambuco – 1929-1930. **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 451-474.
- Miceli, S. (2011). Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré, p. 11-28.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU.
- Perez, C. (2002). *A formação sociológica de normalistas nas décadas de 20 e 30*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Sociedade Brasileira de Sociologia [SBS]. (1937). *Estatuto da Sociedade de Sociologia de São Paulo*. São Paulo.
- Sociedade Brasileira de Sociologia [SBS]. (1955). *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo: SBS.